

Turismo e geração de empregos formais: Um estudo sobre o Brasil e suas regiões

Tourism and **formal job creation**: A study on Brazil and its regions

CARLA REGINA FERREIRA FREIRE GUIMARÃES * [carlafreire@hotmail.com]

JOAQUIM RAMOS SILVA ** [jrsilva@iseg.ulisboa.pt]

Resumo | Este artigo tem como objetivo analisar o emprego no setor de turismo do Brasil, a partir de 2006 até 2014, com ênfase no emprego formal. Para a análise dos dados foi utilizado o método estatístico descritivo. Os resultados mostram um crescimento no emprego nas atividades características do turismo (ACTs). A maioria dos trabalhadores formais das ACTs possuía ensino médio completo ou nível superior incompleto e encontravam-se nas atividades de alimentação e alojamento recebendo menos e eram tipicamente femininas. A maior parte dos ocupados nas ACTs estava empregada há menos de 12 meses e era da região Sudeste, seguido da região Nordeste. Observa-se que a região Nordeste apresentou a menor remuneração média mensal. Conclui-se que apesar de ser um dos setores mais promissores da economia e que demanda baixo investimento na geração de emprego, ainda é incipiente quando comparado com outros países, sendo necessário melhorar seus indicadores econômicos e sociais para alcançar níveis mais elevados de desempenho e qualidade.

Palavras-chave | Atividades características do turismo (ACTs), mercado de trabalho, emprego formal e informal, assimetrias regionais, Brasil

Abstract | This article aims to analyze employment in the tourism sector in Brazil, from 2006 up to 2014, with emphasis on formal employment. This is a quantitative analysis, and data was used for descriptive statistical method. The results show an increase in employment in the activities that are characteristic of tourism (ACTs). Most of the formal ACTs workers possesses complete secondary education or incomplete higher and are in food and lodging segments they are paidless. The majority of those employed in ACTs have a job once less than 12 months, and is from the Southeast Region, followed by the Northeast. It is also observed that the Northeast Region has the lowest average monthly wage. It concludes that despite being one of the most promising sectors for economic development and requiring low investment for job creation, is still in its infancy compared to their countries. An improvement in

* **Professora** Assistente do Departamento de Ciências Econômicas (DCEC), da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). **Doutora** em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa, Membro do SO-CIUS. **Mestre** em Economia Aplicada, pela Universidade de São Paulo (USP). Graduada em Agronomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC);

** **Professor** Associado com Agregação do Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa. Doutor em Análise e Política Econômicas pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. Pesquisador CSG/SOCIUS, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Portugal.

their economic and social indicators is necessary to achieve better levels of performance and quality.

Keywords | Characteristic activities of tourism (ACTs), labor market, formal and informal jobs, regional asymmetries, Brazil

1. Introdução

O turismo é um setor que pode proporcionar ou ser vetor de desenvolvimento e a criação de emprego, é um importante fator para o desenvolvimento de um país ou região, ou seja, o turismo pode impulsionar o desenvolvimento endógeno através do crescimento do emprego. O desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo interno de ampliação da capacidade de absorção da região resultando em crescimento econômico gerado na economia local. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região (Amaral Filho, 1996).

Atualmente, a indústria de viagens e turismo é considerada como a maior fonte de geração de empregos no mundo, por ser intensiva em mão-de-obra. Desde a mão-de-obra mais qualificada, em áreas que se utiliza de alta tecnologia (como transportes e comunicações) até às de menor qualificação (como alimentação), tanto no emprego formal quanto no informal¹, são beneficiadas com o crescimento do mercado do turismo no Brasil e no mundo. O setor é responsável pela geração de 6% a 8% do total de empregos no mundo (Ministério do Turismo [MTUR], 2013).

Com o desenvolvimento do turismo, ocorrem mudanças significativas no mercado de trabalho das atividades turísticas, pois o aumento da capacidade receptiva aumenta a necessidade de geração de empregos e a sua diversificação. Além disso, o

turismo absorve uma parte da mão-de-obra liberada de outros setores, impactando, assim, o mercado de trabalho no seu conjunto.

Embora possa ser considerado em termos gerais como trabalho-intensivo, o setor de turismo é formado por atividades bastante heterogêneas, delas emergindo características que afetam o mercado de trabalho, como o nível educacional, exigências técnicas, efeitos de políticas setoriais, etc.

Em particular, é relevante incluir o capital humano como fonte de aumento de produtividade e crescimento econômico. De acordo com Fernandes e Coelho (2002) capital humano é o conjunto de habilidades e conhecimentos que o indivíduo possui, que o torna capaz de ofertar trabalho que lhe proporcione maior rendimento. A questão central da teoria do capital humano é que essas habilidades e conhecimentos podem ser adquiridos por meio de educação e treinamento.

Considerando o exposto, questiona-se: qual a evolução de empregos no setor de turismo do Brasil? Qual o perfil dos trabalhadores formais? Para tanto, este artigo tem como objetivo analisar a problemática da geração de emprego no setor de turismo do Brasil, partir de 2006, com ênfase no emprego formal numa ótica regional.

A principal contribuição deste artigo é identificar alguns aspectos considerados relevantes na relação entre turismo e geração de emprego, além de propiciar conhecimento e instrumentos de planejamento turístico, de ações do poder público e do setor privado, especialmente na formulação de

¹O emprego informal é aquele no qual a pessoa trabalha sem condições regulamentadas pelo governo, ou seja, é aquele em que não há vínculo empregatício, o trabalhador não possui registro em carteira, nem usufrui dos benefícios que lhes são de direito, como FGTS, direito à licença maternidade, auxílio do governo em caso de desemprego (Alonso, 2016).

políticas de desenvolvimento setorial e de emprego.

Após esta introdução, onde foi contextualizado o tema do estudo e descrito o seu objetivo o trabalho apresenta mais seis seções. Na segunda seção, fez-se um breve resumo sobre emprego no setor de turismo e desenvolvimento; na terceira discutiu-se a diversidade geográfica e turística do Brasil; na quarta, foram expostos os procedimentos de investigação; na quinta seção, realizou-se uma análise sobre o emprego no turismo brasileiro; e, por último, foram feitas algumas considerações finais resultantes da pesquisa realizada.

2. Enquadramento teórico

2.1. O emprego no setor turístico

Lage e Milone (2001) apresentam a relação entre turismo e emprego, onde é possível definir quatro tipos principais de empregos gerados pela atividade turística, já que a mesma depende de forma fundamental de recursos humanos disponíveis, tornando-se fonte de geração de postos de trabalhos formais:

(i) *Empregos Diretos*: resultam da necessi-

dade de atender à demanda diretamente com relação às instalações turísticas, como hotéis e agências de viagem;

(ii) *Empregos Indiretos*: postos de trabalho criados para suprir a necessidade dos turistas em outros setores, como farmácias, restaurantes, supermercados, lojas, entre outros;

(iii) *Empregos Induzidos*: oportunidades trazidas em função dos gastos dos residentes que estão vinculados à renda obtida com o turismo, pois com o crescimento de empregos, conseqüentemente aumenta a renda da população local que passa a gastar em bens e serviços que antes não eram procurados; (iv) *Empregos Temporários*: normalmente vinculados à construção das infraestruturas turísticas ou devido aos picos sazonais (por exemplo, períodos de férias).

De acordo com a Figura 1, parte do gasto é destinado aos bens e serviços importados, que criam emprego no estrangeiro e só acessoriamente na região (transporte, venda, etc.). Os bens e serviços de turismo provêm também do gasto interno e geram exportações. A demanda de trabalho resultante destes fatores dependerá também do salário em relação aos outros fatores de produção e da possível mistura técnica de fatores de produção para proporcionar bens e serviços.

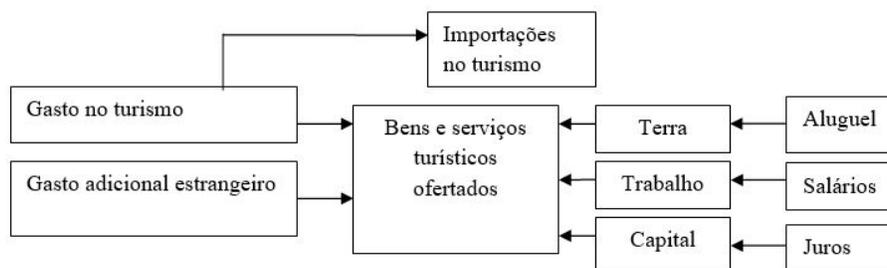


Figura 1 - Demanda de trabalho no setor turístico

Fonte: Tribe, 1999

A criação de postos de trabalho pelo turismo pode se dar de forma direta ou indireta. A criação direta ocorre devido ao crescimento de locais de alojamento, abertura de novos restaurantes, incremento dos meios de transporte como infraestruturas entre outros, levando indiretamente à expansão de outros setores que prestam serviços ao turismo propriamente dito, ou seja, a função de demanda sofre impactos devido ao aumento da capacidade receptiva, a criação de estabelecimentos e instalações complementares, ou simplesmente a necessidade de atender à chegada massiva de turistas a um local habilitado a desenvolver a atividade turística, conforme Silva (2004).

2.2. Desenvolvimento e turismo

Segundo Moreira e Crespo (2012), o desenvolvimento local é baseado em 3 importantes pilares: preocupação com as necessidades das populações, mobilização das necessidades locais e visão integrada dos problemas e soluções.

O turismo pode se beneficiar com o desenvolvimento local voltado a pequenas economias, grupos ou comunidades pois oferece oportunidades para pequenos comércios, empresas e negócios, como bares, restaurantes e pousadas, ou seja, atividades mais participativas (Coriolano, 2003).

Para Coriolano (2013) o desenvolvimento local é

aquele realizado em pequenos lugares de forma participativa, levando às mudanças socioestruturais, com caráter endógeno. Nele, os habitantes possuem relativa autonomia, para explorar o potencial do território que beneficie a maioria deles, e decidir como cada um pode contribuir com inovações. São os residentes os agentes principais do desenrolar de todo processo de desenvolvimento e zelam pela

qualidade dos relacionamentos interpessoais, interinstitucionais, aproveitam as sinergias em benefício da coletividade (Coriolano, 2013, p.134).

O papel do desenvolvimento endógeno é atender às necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida. Mais do que obter ganhos econômicos, é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto. Além de influenciar os aspectos produtivos (agrícolas, industriais e de serviços), a estratégia de desenvolvimento procura também atuar sobre as dimensões sociais e culturais que afetam o bem-estar da sociedade (Barquero, 2002).

Para tanto, o desenvolvimento endógeno deve criar um entorno institucional e econômico favorável, proporcionado pelo aproveitamento dos recursos e dos serviços locais, conjuntamente e pela cooperação entre os atores, que possuem condições de promover mudança de rota.

Observa-se, portanto, que o desenvolvimento local leva em conta as características locais, seja fortalecendo, descobrindo ou fomentando. No sentido do fortalecimento das características locais, e, conseqüentemente, do fortalecimento do capital social, acontece o desenvolvimento endógeno.

De acordo com Senhoras e Cavalcante (2014, p. 3):

O desenvolvimento endógeno do turismo valoriza o papel da história, da cultura e das instituições, das localidades na articulação de diferentes atores da sociedade local para promoverem o turismo por meio de um padrão de articulação territorial e de pessoas via redes e Arranjos Produtivos Locais (APLs).

3. Diversidade geográfica e turística do Brasil

Este trabalho foca-se no Brasil e antes de avançar no tema central do nosso estudo importa ter presente alguns dados geográficos sobre as suas regiões e a evolução do setor turístico. O Brasil localiza-se na América do Sul dispendo de uma grande dimensão territorial ($8.515.767,049 \text{ km}^2$), segundo o Instituto de Geografia e Estatística [IBGE], a 5ª maior à escala mun-

dial) e um elevado potencial para o desenvolvimento do turismo, baseado, entre outros fatores, na diversidade das suas regiões e num litoral marítimo com mais de 7000 km. Especificamente, quanto às regiões, o seu território é repartido por cinco grandes Regiões Geográficas: Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-oeste e Sul (como se pode constatar na Figura 2), as quais serão consideradas para efeitos do presente estudo.



Figura 2 - Mapa do Brasil e suas regiões geográficas

Fonte: IBGE

Importa ter presente que, além de sua grande extensão, possui uma população da ordem de 190.755.799 habitantes (em 2010). Acresce que o PIB brasileiro em 2013 foi de US\$ 2,052 trilhões, considerado a 6ª economia do mundo, e PIB *per capita* de US\$ 10.210,01 (Portal Brasil, 2015). Apesar dos anos 2015 e 2016, terem evidenciado uma queda no PIB, desde o princípio do séc. XXI, verificaram-se importantes progressos econômicos e sociais, que criaram as condições para o aumento

da demanda por turismo, tanto interno como externo.

Neste contexto, a região Sudeste é a de maior importância econômica no conjunto do Brasil, dispendo de uma área de $924.511,3 \text{ km}^2$ e população de 80.353.724 habitantes e esse contingente populacional corresponde a 42,2% do total do país, com uma densidade demográfica de 87 hab./km^2 , tratando-se pois do complexo regional mais populoso e povoado do país (Insti-

tuto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2011). A Região Sudeste, é formada pelos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Sua economia é a mais desenvolvida e industrializada dentre as cinco regiões brasileiras, nela se concentra mais da metade da produção nacional. Consequentemente, uma das principais atividades econômicas da região é o turismo. No estado do Rio de Janeiro destacam-se as praias, a serra e o carnaval (Portal Brasil, 2015). Não só pelo seu desenvolvimento, a Região Sudeste apresenta assim uma diversidade de focos com interesse turístico.

O Nordeste é a segunda Região mais populosa do país (53.081.950 habitantes), superada somente pelo Sudeste. Apesar da Região Nordeste possuir uma população absoluta elevada, o mesmo não acontece com a população relativa (cerca de 34,1 *hab./km*²). A Região é formada pelos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. O elevado número de cidades litorâneas com belas praias, revela um grande potencial para o desenvolvimento do turismo. A cultura nordestina também é um atrativo à parte para o turista. Em cada estado, há danças e hábitos seculares preservados. As rendas de bilros e a cerâmica, são as formas mais tradicionais de artesanato da região. As festas juninas em Caruarú (PE) e Campina Grande (PB), são as mais populares do país. O Nordeste é a região brasileira que abriga o maior número de Patrimônios Culturais da Humanidade, título concedido pela UNESCO (Portal Brasil, 2015).

A população absoluta da Região Norte responde por cerca de 8% do total do país, somando 15.864.454 habitantes, apresenta uma população relativa de aproximadamente 4,1 *hab./km*. É formada pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Devido a Floresta Amazônica, considerada a maior floresta tropical úmida do mundo e a que apresenta a maior biodiversidade, o turismo da região Norte

é voltado principalmente ao ecoturismo (Andetur, 2015), que tem vindo a ganhar expressão crescente.

A extensão territorial da Região Sul é de 576.409,6 *km*², considerada como a menor Região brasileira, em termos de dimensão geográfica. No entanto, é a terceira mais populosa, segundo contagem populacional realizada em 2010 pelo IBGE, totalizando 27.386.891 habitantes. Sua densidade demográfica é de aproximadamente 47,5 habitantes por quilômetro quadrado (Mundo Educação, 2015). É formada pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e possui grande influência européia (principalmente italiana e alemã). Tem como principais atrações turísticas as suas belezas naturais, praias, cidades históricas e suas colônias européias, além do clima bem definido, marcado principalmente pelo inverno rigoroso, ou seja, o turismo de inverno é um grande atrativo na região, pois é a única região brasileira que apresenta clima temperado e possui estações bem definidas (Primeira Edição, 2012).

Finalmente, a Região Centro-oeste abrange uma área de 1.606.371 *km*², onde vivem 14.058.094 habitantes, A distribuição populacional ao longo dessa região é irregular (Mundo Educação, 2015). Engloba os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. O turismo vem se desenvolvendo rapidamente no Centro-oeste, atraindo visitantes de várias partes do mundo. A região mais conhecida é o Pantanal Mato-Grossense. Trata-se da maior bacia inundável do mundo, com vegetação variada e fauna muito rica (Portal Brasil, 2015).

O Brasil é pois um país com enorme potencial turístico em razão da sua imensa diversidade cultural e geográfica, com destaque para belezas naturais e características únicas do seu território. Todavia, devido à sua distância dos principais centros emissores de turistas à escala mundial, à falta de infraestruturas, à existência de outras alternativas econômicas significativas, entre outros fatores,

o setor turístico, fora de alguns grandes centros urbanos, ainda que em crescimento assinalável, encontra-se relativamente pouco desenvolvido.

4. Procedimentos de investigação

Este estudo tem como objetivo quantificar os principais aspectos relacionados à geração de empregos formais, dentro de uma ótica comparativa regional. Para este efeito, foram tomadas as atividades denominadas características do turismo (ACTs), como tal definidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2016), na qual seguem a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Esses setores são: Alojamento, Alimentação, Agências de viagem, Transporte, Auxiliares do Transporte reconhecidos preferencialmente turísticos, Aluguel de veículos, Cultura e Lazer.

Para a recolha das informações foram utilizados dados secundários obtidos junto ao extrator de dados do IPEA, no qual para elaborar as estimativas da caracterização dos empregados formais do turismo, utiliza-se dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) relativos aos atributos considerados para o total dos empregados nas ACTs, ponderados pelo número de ocupações formais calculado pelo Sistema Integrado de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor de Turismo (SIMT²). Assim, garante-se que os resultados sejam coerentes com os relativos à dimensão do mercado de trabalho do turismo.

Dessa ocupação total no turismo, em 2006, 703 mil, ou seja, 40,52%, correspondiam a empregos formais e 1.032.472 a ocupações informais, equivalentes a 59,48% do total. O estoque de ocupações formais nas ACTs, no Brasil, passou para

A partir desse levantamento buscou-se dimensionar e caracterizar o emprego formal do Brasil e suas regiões. Para a análise dos dados foi utilizado o método estatístico descritivo. O método estatístico descritivo por meio do cálculo de média, proporção, moda etc., “compreende a organização, o resumo e a descrição dos dados [...] para que posteriormente, possam ser utilizados nas discussões de caráter descritivo ou analítico no relatório de pesquisa” (Lima, 2004, p. 73).

5. Resultados e discussões

Analisando a Figura 3, observa-se que o nível de empregos (Formal e informal) mostrou uma trajetória ascendente, com uma pequena queda em 2013, com recuperação em 2014. Um crescimento no emprego nas ACTs no Brasil de 17% de 2006 para 2014.

Os setores que mais contribuíram para a criação de emprego formal em 2014, foram: Serviços (+587,5 mil postos ou +3,51%) e Comércio (+217,0 mil postos ou +2,28%). Em contraste, aqueles que tiveram as maiores quedas foram: Indústria de Transformação (-121,7 mil ou -1,47%) e Construção Civil (-76,9 mil ou -2,66%) (Ministério do Trabalho e Emprego [MTE], 2014). De acordo com Beni (2003), nos países em desenvolvimento, como o Brasil, o setor de serviços (inclusive turismo) absorve grande quantidade de mão-de-obra que migra do campo em busca de emprego.

1.032.988 de pessoas empregadas em 2014, correspondendo a 50,51% da ocupação total (Figura 4). Seguindo a tendência brasileira, que segundo o IBGE esse resultado foi influenciado pela retomada do crescimento econômico, com aumento da renda

²Ver <http://www.ipea.gov.br/extrator/simt.html>

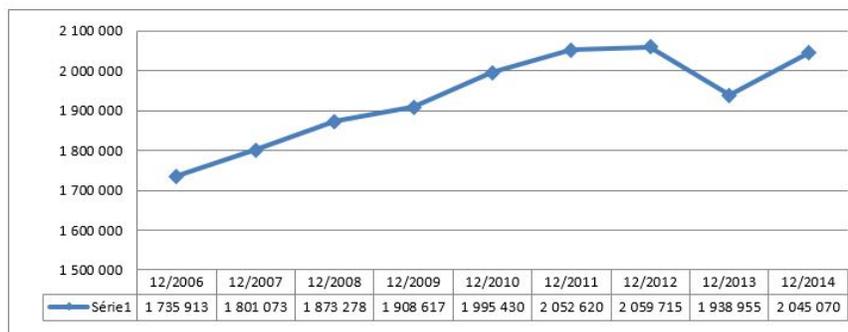


Figura 3. Evolução do emprego total nas ACTs (12/2006 – 12/2014)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEA

real e a valorização do salário mínimo, além da redução do desemprego e as políticas do governo de incentivo à formalização (Portal Brasil, 2016).

Ademais, de acordo com o Ministério de Planejamento (2017), esse crescimento na formaliza-

ção é importante pois garante, aos trabalhadores, maior renda mensal, ou seja, não recebem menos que um salário mínimo e ainda ficam protegidos em casos de perda de emprego, acidente de trabalho, gravidez, doenças e incapacidades.

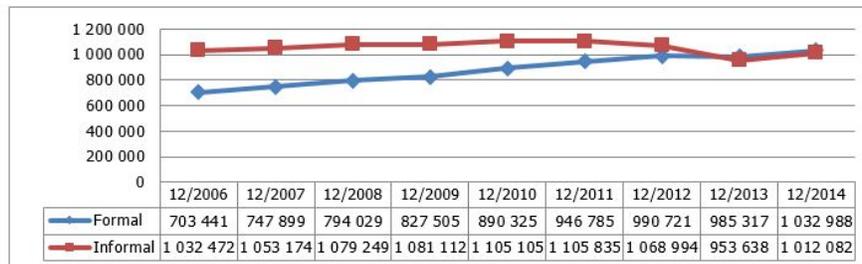


Figura 4. Evolução do emprego formal e informal nas ACTs. (12/2006 – 12/2014)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEA

Para analisar o dinamismo do mercado de trabalho nas ACTs, em termos de geração de emprego, torna-se relevante desagregar por ACT e avaliar segundo os indicadores que buscam ampliar o número de empregos formais tais com, remuneração média, nível de escolaridade, gêneros e tempo de permanência.

Ao analisar a ocupação nas ACTs (Quadro 1), observa-se que 65,37% dos ocupados encontravam-se nas atividades de alimentação e alojamento. De acordo com a Pesquisa Anual de Serviços (IBGE, 2014), existia, em 2014, 250.118

empresas atuando na atividade de alimentação (60,2%), que geraram R\$ 109,3 bilhões de receita operacional líquida (66,2%), ocuparam 1,8 milhão de pessoas (62,5%) e pagaram R\$ 23,9 bilhões (60,5%) em salários, retiradas e outras remunerações. Já a atividade de alojamento, por sua vez, registrou a maior média de pessoas ocupadas por empresa (13, perante a média de 7 do segmento de serviços prestados às famílias). Com relação à remuneração, observa-se que essas atividades pagavam menos. A atividade Transporte aéreo apresentou a remuneração mais alta, seguida de

Agência de viagem.

O que, claramente, se explica pelo nível de escolaridade dessas atividades, constata-se, na Figura 5, que as atividades transporte aéreo e agên-

cia de viagem, eram as duas com maior porcentagem de empregados com nível superior (55,5% e 27%, respectivamente).

Quadro 1. Número de ocupações, participação (%) e remuneração (em R\$). Por ACTs. 2014

ACTs	2014		
	Número de ocupações	Participação	Remuneração média em R\$
Alojamento	268.470	25,99	1.366,68
Alimentação	406.808	39,38	1.122,14
Transporte Terrestre	202.655	19,62	1.732,19
Transporte Aquaviário	3.452	0,33	1.794,04
Transporte Aéreo	57.471	5,56	5.411,92
Aluquel de Transportes	24.584	2,38	1.746,30
Agência de Viagem	58.408	5,65	2.250,92
Cultura e Lazer	11.143	1,08	1.656,59

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEA

Analisando a Figura 5, observa-se que a maioria dos trabalhadores formais das ACTs possuía ensino médio completo ou nível superior incompleto (64%). Desagregando-se as atividades, constata-se que as atividades transporte aéreo e agência de viagem, eram as duas com maior porcentagem de empregados com nível superior. As ACTs com maior proporção de ocupados que cursaram apenas até o 5º ano eram transporte terrestre (8,5%, transporte aquaviário (7,2%) e alojamento (6,4%) consideradas atividades importantes para inser-

ção dos grupos que sofrem alguma discriminação, como mulheres e negros, pois exigem menor nível de qualificação.

Para reduzir essas diferenças de salários o Governo Brasileiro lançou o programa PRONATEC Turismo (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), cujo objetivo é expandir, interiorizar e democratizar a oferta de curso de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a população brasileira.

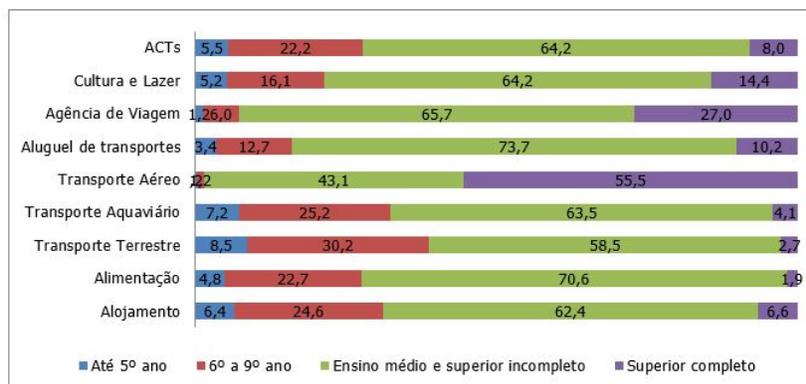


Figura 5. Nível de escolaridade dos trabalhadores formais das ACTs. 2014

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEA

As atividades de alojamento e alimentação eram tipicamente femininas pois 79,58% das mulheres estavam ocupadas nestas atividades (Quadro 2). De acordo com Coelho e Sakowski (2014) em alojamento, os homens se concentram nas ocupações de garçom e recepcionista de hotel. Destaca-se a participação das mulheres nas ocupações de camareira de hotel e copeira. No que se refere ao gênero masculino constata-se que 33% estavam ocupados em alimentação, seguido do transporte terrestre (31%). Verifica-se ainda que nas atividades que possuíam rendimentos salariais mais elevados a presença masculina foi mais significativa quando comparada com a presença feminina.

De acordo com Guimarães e Silva (2016), os homens ocupam as faixas salariais mais elevadas e que, embora as mulheres sejam ligeiramente mais escolarizadas do que os homens, não deixam de receber rendimentos mais baixos, o que, por sua vez demonstra a existência de segregação no setor. Isso em grande parte deriva do fato de que as mulheres normalmente se envolvem em atividades femininas, tais como cozinheiras ou camareiras. Além disso, de acordo com o mesmo estudo, o rendimento/hora no setor turístico do sexo masculino foi superior ao encontrado no sexo feminino em 35,3%, explicado principalmente pelo efeito discriminação.

Quadro 2. Número de ocupações e remuneração média (em R\$) dos trabalhadores das ACTs. Por gênero. 2014

ACTs	Masculino		Feminino	
	Número	Remuneração média (R\$)	Número	Remuneração média (R\$)
Alojamento	109.860	1.558,59	158.610	1.233,76
Alimentação	182.223	1.214,74	224.585	1.047,00
Transporte Terrestre	170.580	1.819,24	32.075	1.269,20
Transporte Aquaviário	2.730	1.900,51	722	1.391,39
Transporte Aéreo	36.417	6.477,47	21.054	3.568,80
Aluguel de Transportes	18.379	1.704,17	6.205	1.871,08
Agência de Viagem	25.073	2.332,98	33.334	2.189,20
Cultura e Lazer	6.223	1.751,17	4.920	1.536,96

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEA

Pelo Quadro 3, com relação à distribuição dos ocupados por tempo de permanência no emprego, constata-se que em 2014 a maior parte dos ocupados nas ACTs estava empregada há menos de 12 meses, com exceção da Transporte Aéreo, na qual a maioria (63,7%) estava empregada há pelo

menos 24 meses, apresentando a menor rotatividade. Isso pode ser explicado pela sazonalidade da atividade turística, que reduz o fluxo de turistas na baixa temporada, dificultando a retenção de trabalhadores nas ACTs nesse período.

Quadro 3. Distribuição dos ocupados formais nas ACTs segundo tempo de permanência no emprego atual

	Menos de 12 meses	12 a 23 meses	24 a 59 meses	60 meses ou mais
Alojamento	39,1	16,9	24,5	19,5
Alimentação	49,1	17,9	21,7	11,3
Transporte Terrestre	32,6	17,5	25,5	24,5
Transporte Aquaviário	36,2	16,2	24,3	23,4
Transporte Aéreo	22,7	13,6	30,8	32,9
Aluguel de Transportes	44,4	19,7	25,3	10,6
Agência de Viagem	36,7	18,8	26,9	17,6
Cultura e Lazer	37,9	17,5	23,5	21,1

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEA

Fazendo um recorte geográfico, os dados da Figura 6 mostram que, a maior parte dos empregados formais nas ACTs, em 2014, era da região Sudeste, sendo responsável por mais da metade desse emprego, 57%, seguido da região Nordeste (17%). Segundo o MTE (2014), em termos relativos, a liderança no incremento de empregos formais, em todos os setores da economia, coube à região Nordeste (+2,31%). Em sequência, vêm Norte (+2,12%), Sul (+1,60%), Centro-Oeste (+1,28%) e Sudeste (+0,69%).

Além disso, o Nordeste brasileiro, devido às

suas paisagens físicas e naturais, com um litoral exuberante e características que o distinguem de outras regiões do Brasil, tem um grande potencial para o turismo (Guimarães, Rissato, & Silva, 2012; Gomes & Silva, 2014), apesar disso e do desenvolvimento do setor no período, sendo uma região de baixa renda, dispõe de um nível de emprego formal baixo no conjunto do país. Sendo necessário políticas públicas para o desenvolvimento do turismo da Região, como o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR/NE).

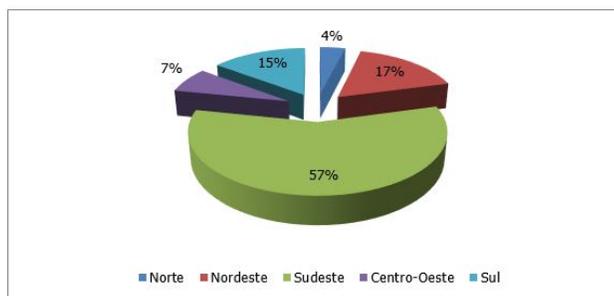


Figura 6. Distribuição dos trabalhadores formais nas ACTs (Em %). Por região geográfica. 2014

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEA

Observa-se ainda que a região Nordeste apresentou a menor remuneração média mensal, ou seja, R\$ 1.173,36, representando 71,9% do salário médio mensal para o Brasil, seguido da região Norte (R\$ 1.355,53). Observa-se também que apenas na região Sudeste a remuneração média superior à do Brasil, o que evidencia fortes assimetrias regionais neste domínio (Quadro 4). De acordo com Guimarães e Silva (2015), o rendi-

mento/hora no setor turístico das demais regiões é superior ao encontrado no setor turístico da região Nordeste em 25% (Norte), 66% (Sul), 63% (Sudeste) e 61% (Centro-Oeste). O efeito regional é o maior responsável pelo diferencial salarial, decorrente da discriminação, ou seja, do fato de o trabalhador pertencer à região Nordeste.

Quadro 4. Número de ocupações formais nas ACTs e remuneração média (R\$). Região geográfica. 2014

Região	2014	
	Número de ocupações	Remuneração média em R\$
Norte	40.809	1.355,53
Nordeste	174.127	1.173,36
Sudeste	592.820	1.840,76
Centro-Oeste	73.053	1.390,44
Sul	152.181	1.525,01
Brasil	1.032.989	1.630,73

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEA

Em 2014, as atividades Alojamento, Alimentação e Transporte terrestre correspondiam por 75,1% (Norte), 84,8% (Nordeste), 85,1% (Sudeste), 84% (Centro-Oeste) e 87,8% (Sul). Para

a Região Nordeste, a principal atividade era Alojamento, seguido de alimentação, correspondendo por 76,9%. Já para as demais regiões a principal atividade era Alimentação (Figura 7).

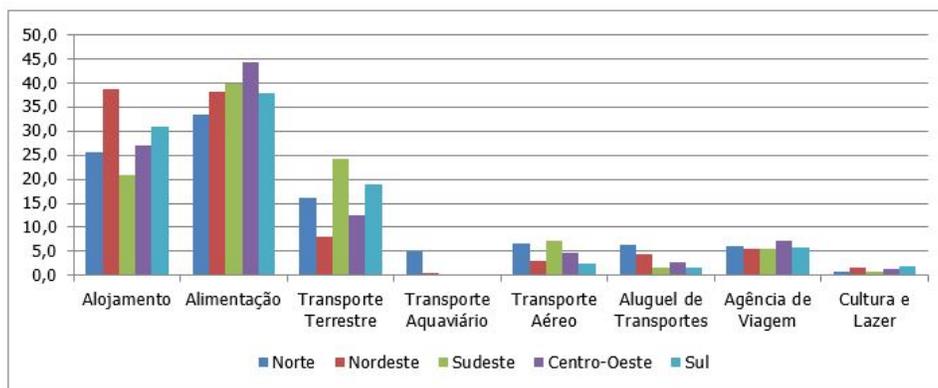


Figura 7. Distribuição regional dos trabalhadores formais. Por ACT. 2014

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEA

6. Considerações finais

Este artigo tem como objetivo analisar, numa perspectiva quantitativa, o emprego no setor de turismo do Brasil, a partir de 2006, com ênfase no emprego formal. Para a análise dos dados foi utilizado o método estatístico descritivo. Este trabalho de atualização dos dados é necessariamente prévio a uma pesquisa mais avançada e à definição de políticas setoriais.

Os resultados mostram um crescimento no emprego nas ACTs no Brasil, principalmente no setor formal, que cresceu 10% de 2006 a 2014. Ao analisar o emprego formal, a maioria dos trabalhadores do setor de turismo possuía ensino médio ou nível superior incompleto e eram do sexo masculino, no entanto, as mulheres ocupavam atividades de alojamento e alimentação, consideradas típicas femininas, mostrando uma grande oportunidade de inclusão da mulher no mercado de trabalho. Os trabalhadores das atividades alimentação e alojamento recebiam menos que os trabalhadores das outras atividades do setor pois geralmente seus postos de trabalho não eram bem remunerados devido às condições desfavoráveis, como turnos irregulares, trabalho dominicais, horas-extras não remuneradas, além da alta rotatividade no emprego, ou seja, a maior parte dos trabalhadores estavam no emprego a menos de 1 ano, devido principalmente à sazonalidade da atividade turística, com exceção apenas à atividade Transporte aéreo.

No que se refere à região Nordeste, apesar de ser considerada uma região de grande potencial para a indústria do turismo, apresentou o menor salário médio mensal quando comparada às demais regiões brasileiras. A esse respeito, e no que concerne à redução das desigualdades regionais, é necessário se pensar em ações mais diretas sobre o desenvolvimento da atividade no território brasileiro, como o PRODETUR, de forma a trazer benefícios mais significativos para os trabalhadores envolvidos no setor, notadamente em comparação com outras regiões. Por exemplo, é importante

investir em educação, pois sem isso os trabalhadores, principalmente nordestinos, não conseguirão tirar partido de modo significativo do processo de crescimento do turismo e terão dificuldade em se integrar no seu mercado de trabalho formal.

Conclui-se que apesar de ser um dos setores mais promissores da economia e que demanda baixo investimento na geração de emprego, ainda é incipiente quando comparado com outros países, sendo necessário melhorar seus indicadores econômicos e sociais para alcançar melhores níveis de desempenho e qualidade. Para tanto, é necessário instrumentos governamentais que garantam que o desenvolvimento do turismo redunde em desenvolvimento humano, local e sustentável. Por fim, pode-se inferir a partir do cenário exposto que o turismo é uma atividade estratégica para desenvolvimento do país, sobretudo em certas regiões que têm vantagens comparativas no setor. Com efeito, esta aposta atrai novos investimentos e cria novas oportunidades de trabalho e que permite compatibilizar o crescimento econômico e o desenvolvimento social do seu povo.

Referências bibliográficas

- Alonso, S. (2016). *Emprego informal. Brasil Escola*. Acedido em 07 de novembro de 2016, em <http://brasilecola.uol.com.br/geografia/empregos-informais.htm>.
- Amaral Filho, J. (1996). Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. *Planejamento e Políticas Públicas* 14, 35-73.
- Andetur. (2015). *Turismo no Brasil*. Acedido em 17 de março de 2015, em <http://www.andetur.com.br/Norte.html>.
- Barquero, A. V. (2002). *Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 278 p.
- Beni, M. C. (2003). *Análise Estrutural do Turismo* (8ª ed). São Paulo: SENAC.
- Coelho, M. H. P., & Sakowski, P. A. M. (2014). *Perfil da mão de obra do turismo no Brasil nas atividades características do turismo e em ocupações*. Texto para discussão

- / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Acedido em 18 de dezembro de 2014, em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1938.pdf.
- Coriolano, L. N. M. T. (2003). Os limites do desenvolvimento e do turismo. *Revista de Turismo e Patrimônio Cultural* 1 (2), 161 – 171.
- Coriolano, L. N. M. T. (2013). Lazer e turismo para o desenvolvimento na escala humana. *Revista Lusófona de Estudos Culturais* 1 (2), 127 – 142.
- Fernandes, I. P., & Coelho, M. P. (2002). *Economia do Turismo*. Rio de Janeiro: Campus.
- Gomes, L. & Silva, J. R. (2014). Spanish and Portuguese hotel networks in Brazil: Evidence from the Northern Coast of Bahia. *Regional Science Inquiry* VI (2), December, 39-55.
- Guimarães, C. R. F. F., & Silva, J. R. (2015). Diferenciais de salário no setor turístico do nordeste do Brasil: uma análise comparativa com as regiões brasileiras. *Revista Econômica do Nordeste* 46 (2), 173 – 191.
- Guimarães, C. R. F. F., & Silva, J. R. (2016). Pay gap by gender in the tourism industry of Brazil. *Tourism Management* 52, 440 - 450.
- Guimarães, C. R. F. F., Rissato, D. & Silva, J. R. (2012). Desenvolvimento da atividade turística: O caso do Nordeste Brasileiro. *Journal of Tourism and Development* 17/18 (2), 1145-1156.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE, 2011). Acedido em 04 de agosto de 2011, em <http://www.ibge.gov.br/estadosat>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE, 2014). *Pesquisa Anual de Serviços, 2014*. Acedido em 17 de outubro de 2016, em <http://www.ibge.com.br/home/estatistica/economia/comercioeservico/pas/pas2014/default.shtm>.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2016). *Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo – SIMT*. Acedido em 24 de outubro de 2016, em <http://www.ipea.gov.br/extrator/simt.html>.
- Lage, B. H. G., & Milone, P. C. (2001). *Economia do Turismo*. (7nd ed.). São Paulo: Atlas.
- Lima, M. C. (2004). *Monografia: a Engenharia da Produção Acadêmica*. São Paulo: Saraiva.
- Ministério do Planejamento. (2017). Indicadores de desenvolvimento brasileiro 2001 - 2012. Acedido em 03 de abril de 2017, em <http://www.planejamento.gov.br/servicos/central-de-conteudos/publicacoes/idb-portugues.pdf>.
- Ministério do Trabalho e Emprego. (2014). Características do emprego formal relação anual de informações sociais 2014. Acedido em 03 de abril de 2017, em <http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/Caracter%C3%ADsticas-do-Emprego-Formal-segundo-a-Rela%C3%A7%C3%A3o-Anual-de-Informa%C3%A7%C3%B5es-Sociais-2014-31082014.pdf>.
- Ministério do Turismo. (MTUR, 2013). *Mais turismo, mais desenvolvimento: indicadores*. Acedido em 29 de setembro de 2013, em http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/noticias/todas_noticias/Noticias_download/Cartilha_Mais_Turismo_mais_desenvolvimento_2013.pdf.
- Moreira, S. B., & Crespo, N. (2012). Economia do Desenvolvimento: das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento. *Revista de Economia* 38 (2), 25 – 50.
- Mundo Educação. (2015). *Geografia humana do Brasil*. Acedido em 28 de fevereiro de 2015, em <http://www.mundoeducacao.com/geografia/geografia-humana-brasil.htm>.
- Portal Brasil. (2015). Acedido em 24 de fevereiro de 2015, em <http://www.portalbrasil.net/brasil.htm>.
- Portal Brasil. (2016). *Em dez anos, emprego formal no Brasil cresce 65,7%*. Acedido em 23 de outubro de 2016, em <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/11/em-dez-anos-emprego-formal-no-brasil-cresce-65-7>.
- Primeira Edição. (2012). *Turismo na Região Sul do Brasil*. Acedido em 16 de março de 2015, em <http://primeiraedicao.com.br/noticia/2012/07/07/turismo-na-regiao-Sul-do-brasil>.
- Senhoras, E. M. & Cavalcante, J. S. (2014). Turismo e os padrões de desenvolvimento endógeno e exógeno. *Revista Turydes: Turismo y Desarrollo* 17. Acedido em 19 de maio de 2015, em <http://www.eumed.net/rev/turydes/17/desenvolvimento-endogeno.html>.
- Silva, J. A. S. (2004). *Turismo, Crescimento e Desenvolvimento: uma Análise Urbano-Regional Baseada em Cluster*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes. Acedido em 13 de abril de 2011, em www.eumed.net/tesis/jass/indice.htm.
- Tribe, J. (1999). *Economia del Ocio y el Turismo*. (2. ed.). Madrid: Editorial Síntesis.